

E ditorial:

Anunciado pelo governo federal, o PAC, abriu caminho para uma série de medidas que influenciam diretamente em nossas vidas e trazem em seu bojo metas a serem cumpridas nos próximos dez anos, tendo como objetivo uma arrancada no crescimento da economia.

Contudo, as medidas proposta no programa ainda são tímidas em investimentos em algumas áreas ligadas às políticas públicas.

Para o País ter um impulso desenvolvimentista, é necessário, principalmente, uma mudança na política macroeconômica, com redução dos juros e das metas de superávit primário.

Ao contrário, o que indica o PAC é a continuidade desta política econômica, que prioriza o mercado financeiro em detrimento de um maior investimento para promover a superação da dívida social do País.

Para resgatar os compromissos de campanha é importante e necessário que o Governo Lula impulse o Estado para que seja o indutor do desenvolvimento. Defendemos um Estado forte principalmente nos setores estratégicos. Porém, para haver de fato desenvolvimento é necessário que o ambiente econômico seja favorável e na atual situação às condições não estão dadas.

Qualquer política de crescimento deverá ter como centro uma mudança radical, para assim, de fato, colocar os recursos do Estado a serviço das políticas públicas e na geração de emprego e renda.

Portanto, um novo projeto com referencial no desenvolvimento com valorização do trabalho exige a idealização de um conjunto de ações interligadas, voltadas para a construção de um longo período com altas taxas de crescimento econômico e ainda identificada com um processo de descentralização e desconcentração da renda.

Nada que se submeta aos ditames de uma política monetária atual, casada com a concepção atrasada das elites dominantes que só concebem crescimento com arrocho salarial e privatização de setores estratégico do Estado. Por fim, apontamos à necessidade do aprofundamento e ampliação do debate na categoria, com a perspectiva de inversão da pauta para que o prioritário seja o pagamento de bons salários, geração de emprego e renda..

O SINT-UFG tem procurado contribuir com as discussões e mobilizações que culminem com a defesa dos direitos e ampliação das conquistas da nossa categoria, mas isto por si só não basta e necessário que todos os trabalhadores da UFG e das demais categorias do serviço público federal, estadual e municipais participem, sob pena de amargarmos outra derrota como a da reforma da previdência em 2003.

Eixo Emergencial de nossas reivindicações:

1. Resolução do VBC
2. Aumento do Piso
3. Benefícios (Saúde e Alimentação)

Queremos uma Política de Reposição de Perdas

- a. Carreira (evolução das Tabelas);
- b. Ascensão Funcional;
- c. Paridade entre ativos e aposentados e pensionistas;
- d. Incorporação de Gratificações

Resoluções da plenária da FASUBRA

A Plenária Nacional Estatutária da Fasubra-sindical realizada nos dias 12 e 13 de março de 2007, contaram com a presença de 32 Entidades e 101 delegados, tiveram por objetivo analisar o Programa de Aceleração do Desenvolvimento - PAC, discutir e aprovar a campanha salarial e discussão das propostas pendentes do XIX CONFASUBRA (definida para 1ª Plenária), contribuindo, assim, com o processo de mobilização da categoria para o enfrentamento futuro.

Nesta perspectiva foi deliberado:

-CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) DIA NACIONAL DE LUTA, EM CONJUNTO COM OS SPF'S

Foi deliberada a construção, com o conjunto dos Servidores Públicos Federais, de um dia nacional de luta. Quanto a construção de um dia nacional de luta setorializada, a partir da avaliação dos desdobramentos da mesa setorial a direção nacional da fasubra avaliará a necessidade

de sua realização, bem como a melhor data.

- PAC - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - NÃO A LIMITAÇÃO NOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES

Os trabalhadores (as) técnico-administrativos em educação decidem:

1. Reafirmar que o PLC 01 é inaceitável, pois a limitação de despesas com pessoal.

- EM DEFESA DO DIREITO DE GREVE

- ✓ Rejeitar a participação em toda e qualquer tentativa do governo de negociar restrições ou proibições ao exercício do direito de greve. O direito irrestrito de greve, conquistado através da luta, é parte inseparável da democracia.

- LUTA PELAS 30 HORAS/SEMANAIS SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS EM TODAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

- ✓ A FASUBRA deve exigir do Ministro da Educação uma portaria instituindo às 30 horas semanais nos Hospitais Universitários, como início da Campanha Nacional pelas 30 horas semanais em todas as IFES.

-LANÇAMENTO DE CAMPANHAS NACIONAIS:

- ✓ Em defesa dos HU's
- ✓ Contra o projeto de restrição de direito de greve
- ✓ Pelo aprimoramento da carreira com abertura imediata da mesa de negociação setorial.
- ✓ Pela pauta emergencial da Fasubra.

Queremos o Aprimoramento da Carreira

1. Reestruturação da Tabela (Resolução do VBC)
2. Racionalização

Desdobramentos da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira

MUITAS CONVERSAS E POUCO RESULTADO

Definitivamente podemos afirmar que este governo é um governo aberto ao diálogo, não há como negar. Quatro reuniões realizadas no MPOG e duas no MEC. Mais passado três meses de 2007, pouco ou quase nada temos de concreto, a não ser belas conversas e constatações lógicas e racionais até mesmo da parte dos representantes do Governo.

Em reunião realizada no dia 21 de março de 2007 o Secretário do MEC André Lázaro, afirmou que aguarda manifestação do MPOG sobre o prosseguimento da Mesa de Negociação Setorial.

O MEC destacou que tem preocupação em resolver, principalmente, a situação do VBC, e citou a preocupação com os baixos salários da Tabela, dando destaque ao piso do Nível Superior, que vem ocasionando dificuldades na contratação de pessoal para as IFES.

Com relação ao eixo emergencial apresentado pela FASUBRA informou que é necessário avançar a partir do acúmulo, construído nos GTs - VBC/Evolução da Tabela e Benefícios. Acrescentou que, para o MEC, é importante a continuidade do processo, visando o aprimoramento da Carreira. Segundo ele, o MPOG está "sensibilizado com a situação dos servidores das Universidades", concordando que deve se dar preferência às categorias que têm menores remunerações.

Com relação aos recursos para o Plano de Assistência à Saúde, informou que o MEC tem cobrado do MPOG a disponibilidade desses recursos, e que até o momento não se tem informações acerca desta liberação, mais que este elemento é prioridade para o MEC.

Em reunião anterior no MPOG o Secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, informa que é intenção do governo investir nas carreiras, corrigindo as distorções salariais no serviço público, dando enfoque

às tabelas que estão na base da pirâmide, como é o caso das Universidades.

Sobre o relatório do GT Interministerial sobre HU's, o Secretário André Lázaro informou que tem um relatório oficial que sofreu algumas alterações da versão que foi divulgada pela Fasubra.

Quanto à tabela salarial e a retomada do processo de negociação, o Secretário afirma que acredita que mesmo com a limitação contida no PAC, há espaço para a negociação. Segundo ele o melhor seria a implantação de uma nova tabela a longo prazo, a exemplo do Judiciário que negociou a evolução da Tabela, para 04 anos. Acrescentou que para o MEC o investimento na Carreira e na valorização dos(as) trabalhadores(as) está diretamente articulada a qualidade da Universidade.

Nina (Maria do Socorro) – Coordenação de Gestão de Pessoas do MEC, também assessora do MEC, afirma que a posição do MEC é de agilidade no processo de supervisão da carreira, encaminhando logo as questões que possuem consenso na CNSC/GT Racionalização, e que para isso o GT deve dialogar com o MPOG, pois a definição de alguns cargos vai se dar com a autorização do MPOG.

Quanto ao Auxílio Saúde o MEC afirmou que não existem recursos no Orçamento de 2007 para a sua implantação neste ano.

Em outra reunião com a presença da CUT, CONDSEF, FASUBRA, CNTSS, FENAJUFE e PROIFES, com o MPOG, Secretário de RH, Sérgio Mendonça, afirma que o governo entende que o debate sobre o limitador com gastos com pessoal contido no PAC deve se dar no Congresso Nacional e que o governo espera contar com a contribuição das entidades no debate da Previdência Complementar.

Provocado, informa que o MPOG foi autorizado pelo Presidente Lula para retomar o processo de negociação através da MNNP e também de encaminhar ao Congresso Nacional a ratificação da Convenção 151, acrescentou que uma das

bases centrais da retomada da Mesa é a de abrir a participação para as entidades. Segundo ele, o governo não pretende reabrir a MNNP apenas burocraticamente.

Confirmando o que já estamos cansados de saber, Sérgio Mendonça acrescentou que os poderes judiciário e legislativo tiveram um aumento de despesas com pessoal muito superior ao executivo.

Entende que, com todas as dificuldades que existem dos dois lados, é só através da experiência da Mesa de Negociação que poderá haver avanços nas conquistas para algumas categorias, como ocorreu no primeiro mandato do atual Presidente.

Depois de várias reuniões a FASUBRA e outras Entidades Cutistas solicitam agilidade do Governo, tanto nas questões de seu interesse, quanto do interesse dos trabalhadores, reafirmando a necessidade de se priorizar a questão da isonomia de salários e benefícios no funcionalismo, bem como, o atendimento da pauta específica de cada categoria.

Em resposta as diversas cobranças de agenda para instalação da Mesa Nacional de Negociação, o MPOG convocou as Entidades para uma reunião no dia 30 último. Diante do exposto na reunião o que podemos concluir é que vamos ter muito trabalho, necessidade de muita habilidade e pressão para pautar nossas reivindicações, pois de acordo com os interesses do Governo somente será discutido Negociação Coletiva, Direito de Greve e a criação do Fundo de Previdência Complementar.

Queremos Isonomia Salarial

- a. piso e teto – começando pelo executivo;
- b. benefícios

Política Salarial

1. Negociação Coletiva;
2. Data Base – estabelecer que haverá (unificar a data);
3. Reajuste Salarial

REINSTALAÇÃO DAS MESAS TEMÁTICAS

- DPC
- Seguridade Social
- 1. Benefícios
- 2. Aposentadoria
- 3. Saúde do Trabalhador

GARANTIA DOS DIREITOS SINDICAIS

Servidores Públicos lança Campanha Salarial na Câmara

No dia 16 de março os servidores públicos federais lançaram a Campanha Salarial com importantes eventos.

Mais de 800 pessoas acompanharam, no auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados, o lançamento da maior Campanha Salarial Unificada já organizada pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF).

Após o evento uma Comissão composta pela CUT, CONLUTAS, FASUBRA e ANDES-SN entregou documento contendo a posição das entidades acerca das questões centrais da campanha salarial, na Casa Civil. Na sequência as Entidades Cutistas foram ao Ministério do Planejamento com objetivo de discutir o retorno das negociações e mudanças no PLC 01 de 2007.

O evento foi considerado histórico e teve importante peso político. Diversos parlamentares participaram da atividade levando palavras de apoio aos servidores. Em meio a discursos sobre a importância da luta unificada contra os ataques aos direitos dos servidores, a categoria se mostrou motivada a enfrentar os difíceis obstáculos que estão sendo impostos pelo governo, principalmente com relação ao PAC. O indicativo de um dia de luta já foi aprovado. Caso as negociações com o governo não avancem como esperado a greve será inevitável.

Dia 17 de abril

Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos com paralisação na UFG e caravana à Brasília

Direito de greve dos SPF's

Síntese do texto de Wagner Gomes, Coordenador Nacional da CSC.

A decisão do governo Lula de propor a restrição ao direito de greve é uma contradição. Sabe-se que a proposta saiu de um foco conservador, do qual o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, é atualmente um dos principais expoentes.

A afirmação do presidente de que seu governo tem autoridade para estabelecer essa medida antidemocrática é ininteligível. Deveria ser o contrário: um governo chefiado por um ex-sindicalista deveria ter autoridade para coibir abusos como este proposto pelos interesses conservadores e empresariais.

Esta proposta só dificulta a luta dos trabalhadores num momento em que os neoliberais investem com fúria contra a legislação sindical e trabalhista. Os sindicatos pelo país afora se defrontam com ações abusivas, que atentam contra o direito de organização dos trabalhadores com a falsa tese de reparação de danos causados à população por greves em serviços "essenciais". Essas ações visam a punição dos sindicatos e nada tem a ver com os direitos do povo, como alegam certas autoridades dos ministérios públicos.

O direito de greve foi convertido em princípio constitucional pelas grandes mobilizações populares que impuseram o fim da ditadura militar, sendo aprovado em uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita e soberana. Não cabe restrição a esse princípio, ainda mais por um governo com uma posição ideológica progressista.

A regulamentação do direito de greve é inaceitável quando se analisa a trajetória política recente do país. Os trabalhadores reentraram em cena, após as brutais perseguições do regime militar, rompendo as barreiras legais à autêntica atividade sindical. Restringir o direito de greve, portanto, seria reduzir novamente uma grande parcela dos trabalhadores à

condição de meros espectadores do processo político brasileiro.

Embora o Governo ainda esteja definindo os pontos que deverão constar de seu anteprojeto, tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), a regulamentação do direito de greve do funcionalismo público, que fixa regras provisórias para as greves no serviço público que deverão vigorar até a aprovação de uma lei específica, ou seja, o anteprojeto que será proposto pelo Governo. O julgamento já começou no STF, mas foi adiado em meados do ano passado por pedido de vista.

Devemos estar atentos a mais esta ofensiva do Governo que teima em retirar direitos dos trabalhadores, apesar de ser um governo de esquerda.

Reunião no HC (fotos do Stênio)

Somos contra a transformação dos HU's em Fundação Estatal

Conforme deliberação da Assembléia Geral realizada no dia 08 de março, a Diretoria do SINT-UFG encaminhou uma reunião específica com os(as) Trabalhadores(as), lotados no Hospital das Clínicas, para debater a proposta do Governo de transformação dos HU's em Fundação Estatal.

O esforço da Direção do Sindicato despendido para mobilizar a categoria para o evento, juntamente com apoio de lideranças lotadas naquele órgão, surtiu efeito positivo, representado no número de trabalhadores presentes, em especial, do Reitor da UFG, Dr. Edward Madureira Brasil e do Diretor do HC, Dr. José Garcia Neto.

A reunião teve como objetivo debater e mobilizar a categoria sobre as medidas que estão sendo implementadas pelo Governo Federal, sobre a nossa pauta reivindicações e ouvir o posicionamento da atual administração da UFG e do HC sobre a transformação dos HU's em Fundação Estatal.

O Diretor do HC expôs suas opiniões de "que o HC deve continuar como uma Unidade da UFG. Deve continuar vinculado ao MEC e contar com o apoio do Ministério da Saúde e promover concursos públicos para reposição do quadro de funcionários".

Na sequência o Reitor da UFG se posiciona "contra a transformação dos HU's em Fundação Estatal e acha que os caminhos para superação dos problemas dos HU's tem que ser encontrados na mesa de negociação. Acha que a ANDIFES precisa ser chamada para participar da Comissão Interministerial, bem como, a FASUBRA para participar deste debate e ajudar a encontrar as soluções".

Na oportunidade o Reitor convida o Sindicato e os presentes a participarem da discussão sobre o Projeto de Expansão Universitária que a UFG estará promovendo nos dias 11 e 12 de abril, quando o Presidente da ANDIFES estará presente.

Sint-UFG encaminha ofício a Lula e Fernando Haddad

O Deputado Mauro Rubem se dispôs e pessoalmente entregou ofício do Sint-UFG ao Presidente Lula e ao Ministro da Educação Fernando Haddad, quando em visita ao Estado, posicionando-se contrário a transformação dos Hospitais Universitários em Fundação Estatal e solicita discussão sobre a crise dos HU's com as entidades representativas da comunidade universitária.

No ofício o Sindicato destaca que, segundo a proposta apresentada pela Comissão Interministerial, "o relacionamento entre a fundação estatal e o Poder Público, no tocante à lei orçamentária anual, dar-se-á, exclusivamente, sob a forma de prestação de serviços, com base em contrato de gestão, que terá por objeto a contratação de serviços e a fixação de metas de desempenho para a entidade. Isso significa que a fundação estatal não terá assegurado recursos para o seu funcionamento, nos orçamentos fiscais e da seguridade social, como ocorre com os entes de direito público

instituídos pelo Estado, inclusive, no que tange à folha de pessoal". "Todo e qualquer recurso que receber da União terá que ser negociado com o seu órgão supervisor e contratado, por meio de contrato de gestão, que definirá metas e indicadores para aplicação do recurso".

O Sint-UFG defendeu, ainda, que as discussões sobre os HU's das IFES devem ter como balizamento pontos aprovados no XIX CONFASUBRA e em Plenárias da FASUBRA.

As vésperas do fechamento deste boletim o SINT-UFG recebeu um ofício da Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República, informando que encaminhou nosso ofício ao Ministério da Educação e que qualquer esclarecimento deverá ser buscado naquele Órgão. Lamentável porque esperávamos alguma manifestação do Presidente.

Queremos a manutenção dos HU's com o MEC e financiamento também dos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia.

SINT-UFG e ADUFG debatem o PAC

(foto Stênio)

Em mais uma tentativa de levar o debate aos Trabalhadores e Trabalhadoras da UFG, o SINT-UFG promoveu, conjuntamente com a ADUFG um debate no último dia 02, no auditório da FEN/FANUT, com o tema "O PAC e as limitações dos gastos n Serviço Público – Crescimento econômico X valorização do trabalho.

Mediante uma exposição embasada em dados oficiais, o Assessor Técnico da Câmara dos Deputados e Ex-diretor da FASUBRA, Flávio Tonelli Vaz, apresentou a importância do PAC, como um programa de investimentos públicos, mas que a contenção de gastos correntes (gastos com pessoal) está na contramão da perspectiva de crescimento.

A PLP 01/2007 cria dispositivo por um período de 10 anos, para limitar a expansão das despesas de pessoal da União. Os limites são para os montantes

totais da despesa de pessoal ativos, aposentados e pensionistas.

"Vê-se, portanto, que não se trata de um limite para os reajustes das remunerações de servidores e militares, como vem sendo anunciado pela mídia. Assim fosse, ficariam asseguradas margens para a recomposição da inflação e ganho real para essas remunerações, algo sem precedente, já que, desde 1990, os servidores não têm sequer a garantia da reposição inflacionária".

SINT-UFG vai a Catalão (fotos do Stênio)

No último dia 15 os diretores do SINT-UFG estiveram reunidos com os trabalhadores e trabalhadoras do Campus de Catalão, cumprindo mais uma deliberação da Assembléia Geral de mobilizar a categoria para debater os temas de nossos interesses.

Lucimar Mendanha, Gilmar Barbosa e João Pires ao longo de quase três horas de reunião discutiram com os trabalhadores e trabalhadoras daquele Campus, assim como vem fazendo nas Unidades de Goiânia, sobre as medidas anunciadas pelo Governo Lula que dizem respeito ao exercício de nossa função e muitas delas mexer com nossos deveres e direitos.

Na oportunidade, também, além de temas de interesse específicos do Campus foi discutida com os novos contratados a importância da filiação ao Sindicato, bem como, os serviços prestados pela entidade a seus filiados e dependentes.

Conclusos os Trabalhos da Comissão das 30 horas

Finalmente a Comissão constituída para revisar a jornada de trabalho em locais com jornada de trabalho ininterrupta e com regulamentações em Leis específicas concluiu seus trabalhos.

Coordenado pelo Vice-Reitor, Prof. Benedito Marques, a Comissão contou com os representantes do SINT-UFG, João

Alcione, Joaquim Leite, Eduardo Marques e Vilma Ferreira.

O relatório que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros, prevê a extensão da jornada de trinta horas semanais para a Biblioteca Central, Biblioteca Seccional e o Hospital Veterinário. Quanto a Rádio Universitária e a Seção de Segurança da UFG é previsto o cumprimento das Leis existentes que regulamentam o funcionamento destes Órgãos.

Esta foi uma vitória da categoria, pois é uma luta de quase vinte anos, desde que a UFG passou a adotar, por determinação do TCU, a jornada de trabalho de quarenta horas, prejudicando a categoria, em especial destes Órgãos. "Um avanço, por se tratar de um tema parado há muito tempo na Reitoria e após o cumprimento do compromisso assumido pelo atual Reitor será possível o retorno das 30 horas em vários Órgãos da UFG", afirma João Alcione.

Agora é pra valer, os Órgãos acima citados terão sua situação regularizada pela UFG, que em alguns casos incorriam em desrespeito a leis existentes, mais como sabemos bem, são implementadas na maioria das vezes somente as que vêm para nos prejudicar.

Homenagens no dia Internacional da Mulher. (fotos do Stênio)

A UFG já conta com maioria de mulheres em seu quadro de técnico-administrativos. Com o enquadramento no novo plano de carreira, ficou constatado que as mulheres são maiorias entre os técnico-administrativos em educação da UFG.

A diretoria do SINT-UFG não poderia deixar passar despercebido este dado tão importante e, em especial, não poderia deixar de prestar as mais honrosas homenagens no dia 8 de março, dia internacional da mulher.

Desta forma programou-se para que a Assembléia Geral da Categoria acontecesse

nesta data e neste espaço pudesse fazer as justas homenagens.

Presente a feminista Celma Grace, do Centro Popular da Mulher, pode nos apresentar um panorama da história de luta da mulher para conquista de seu espaço na sociedade e seus direitos.

Na oportunidade o Sindicato distribuiu uma nota produzida conjuntamente com o Centro Popular da Mulher (CPM) e a União Brasileira de Mulheres (UBM), uma rosa para as mulheres e homens presentes e um cartão enviado pela CUT.

A noite foi promovida uma rodada especial de samba em homenagem as mulheres na Sede Social, onde novamente, foram distribuídos o kit já distribuído na Assembléia.

SINT-UFG em defesa da categoria (fotos fatinha)

Nos dias 29 e 30 o SINT-UFG, este representado alguns diretores em Brasília para participarem de eventos importantes para a nossa categoria.

O primeiro deles foi a Audiência Pública sobre a PLP 01/2007, na Comissão Especial da Câmara Federal. Um evento pouco prestigiado por seus membros deputados, mas muito importante para nós. Através da Deputada Alice Portugal (PCdoB), do Deputado Paulo Rubens Santiago e dos representantes sindicais Lucia Reis, representando a CUT e Joseilton ... representando a CNESF, foi possível apresentar nossas conclusões a cerca dos efeitos do Projeto de Lei que limita os gastos públicos com pessoal.

A conquista mais importante foi a afirmação do Presidente da Comissão... Deputado que pedirá o adiamento de mais cinco sessões para possibilitar um maior debate sobre a matéria, possibilitando maior tempo para nossa articulação.

No final os Deputados Alice Portugal e Paulo Rubens Santiago conversaram com

os sindicalistas presentes e afirmaram que somente a mobilização dos trabalhadores públicos poderá levar a modificações ao Projeto, caso contrário o governo vai aprovar à PLP com interesse de vários deputados em modificá-la para que valha também para os Estados e Municípios.

O Segundo evento foi o Seminário promovido pelo UnB sobre o Projeto de Universidade Nova, que surgiu na UFBA e cresceu com a criação de diversas universidades federais nos últimos dois anos.

Este Projeto cansativamente debatido nos dias 29, 30 e 31, contou com várias intervenções de reitores de diversas universidades, técnicos e representantes do governo, ainda, com exposições de diversas experiências nacional e internacional.

O Projeto de Universidade Nova, também, vai ser discutido na UFG e pela importância de sua proposta deve ser alvo de muita atenção de nossa Categoria, pois propõe uma revolução no ensino superior, com mudanças na grade curricular, na estrutura acadêmica, na forma de ingresso na universidade, na forma de avaliação, na evasão de estudantes, etc.

Muito atentos aos debates os diretores do SINT-UFG saíram convictos que o tema deverá ser bastante discutido pela categoria, em função de que apresenta várias questões que são significantes, mais ainda deixa vários buracos, como: qual o papel dos trabalhadores técnico-administrativos, a necessidade de melhores salários, mais contratações, etc. Mais não foi só este o papel dos dirigentes do SINT-UFG, que aproveitaram para distribuir o boletim especial sobre os HU'S aos presentes, o que nos permitiu conhecer a importância deste material, que ao ser recebido por Manoel Palácios (SESU/MEC), afirmou já ter conhecimento do boletim. Isto demonstrar que o SINT-UFG está na luta da categoria.

A volta das Caravanas (Foto Stevenio)

Fruto da experiência adquirida o SINT-UFG retornou a fase das Caravanas como instrumentos de pressão ao Governo e Parlamentares para atenderem nossas reivindicações.

No último dia 03 diversos trabalhadores e trabalhadoras da UFG se dirigiram a Brasília para participarem da segunda Audiência Pública da Comissão Especial da Câmara Federal, que analisa a PLP 01/2007, que desta vez se reuniu para ouvirem as opiniões de especialistas. Como expositores falaram Raul Velloso, Consultor Econômico, que fez uma longa exposição concordando com a emissão da PLP 01/2007, sob o argumento do ajuste fiscal e controle com gastos correntes para possibilitar que o PIB maior que estas despesas possam possibilitar o crescimento.

O outro expositor, Prof. Luiz Nucleato, UNICAMP, apresenta concordância com o PAC, mas argumenta que em relação ao gastos com pessoal, já foram feitos cortes profundos e que o problema é da dívida pública.

Uma concordância dos palestrantes é que o Governo gasta atualmente apenas 22% com pessoal e que os trabalhadores do executivo foram os maiores sacrificados.

Nesta Audiência o Presidente da Comissão anuncia que foi adiado por cinco sessões a tramitação do PLP 01, para possibilitar maior discussão e em atendimento a outra reivindicação dos parlamentares contrários ao PLP articulados com o movimento sindical, está convocando nova Audiência Pública para o dia 10, cujo caráter é técnico e outra para o dia 17, desta vez com todas as Centrais Sindicais do País.

Nesta segunda Audiência o SINT-UFG, que compareceu com diversos trabalhadores/as, contribuiu com os diretores da FASUBRA presentes, juntamente com outros sindicalistas, para pressionar os parlamentares e o mais importante é que esta ação motivou a FASUBRA a recomendar que outras entidades da base enviem representantes

para as próximas Audiências, além de contatarem com os parlamentares de seus Estados para apresentarem nossas

opiniões.

Balanco Financeiro do SINT-UFG

Balanco do Pecúlio

Cumprindo suas responsabilidades a diretoria do SINT-UFG vem apresentar o lamentável balanço do Pecúlio nestes primeiros meses de 2007 e como não poderia deixar de ser informar que em função do triste quadro somente no mês de março tivemos que pagar cinco pecúlios, em função de falecimentos de membros titulares e dependentes.

Sendo assim comunicamos que no pagamento do mês de março, que receberemos em abril, os filiados do pecúlio terá um desconto referente a cinco apólices, para garantir o fundo de caixa conforme o previsto no Estatuto do Pecúlio.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PECÚLIOS PAGOS EM 2007

PECULIADOS	NOME DO FALECIDO	GRAU PARENTESCO	DATA DO OBITO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR PAGO
IRENE CLAUDINA DUTRA SANTOS	ROSALINA PEREIRA DUTRA	MÃE	21.01.2007	31.01.2007	5.941,25
EDILENE PEREIRA DA SILVA ADORNO	JOÃO JOSÉ DA SILVA	PAI	14.02.2007	23.02.2007	5.941,25
ENEZIO TIRADENTES PINHEIRO	O MESMO	TITULAR	14.03.2007	23.03.2007	5.941,25
ITAMAR PEREIRA CARDOSO	O MESMO	TITULAR	14.03.2007	23.03.2007	5.941,25
HELENA FAUSTINO PORTO	LAUDELINA PORTO FAUSTINO	MÃE	19.03.2007	28.03.2007	5.941,25
MARIA HELENA BORGES SILVA	JOSÉ SILVA FILHO	ESPOSO	24.03.2007	04.04.2007	5.941,25
LUZIA GOMES DA SILVA	CAROLINA DA COSTA GOMES	MÃE	21.03.2007		5.941,25